



Ensino de Sociologia em Debate

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL

A DIVERSIDADE EM DEBATE: UMA ANÁLISE DA SEXUALIDADE PROPOSTA NA EDUCAÇÃO¹

Maryana Marcondes²

RESUMO: O presente artigo propõe uma análise de como a sexualidade é tratada nos documentos oficiais da educação básica, suas finalidades, contribuições e limites para a atenção sobre a diversidade entre os sujeitos. Foram realizadas análises da LDB, PCNs, e o PPP do colégio no qual realizei o estágio/regência no ano de 2012, assim como a aplicação de um questionário que procurou indagar os educandos/as a respeito de como é tratada a sexualidade pela instituição. Como resultado da pesquisa, podemos questionar a viabilidade do conceito orientação sexual nos parâmetros curriculares, e a forma que esta vertente é concebida no documento.

PALAVRAS-CHAVE: sexualidade, gênero e educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais, Leis de Diretrizes e Bases e o Projeto Político Pedagógico do Colégio que tive a experiência de estágio, com intuito de compreender as concepções defendidas por estes ao tema sexualidade. Cabe-nos ainda identificar se há ou não referência a essa temática nestes documentos, e quais as concepções teóricas que as sustentam.

Compreende-se que a sexualidade,

¹ Artigo orientado pelo Prof. Dr. César Augusto de Carvalho e apresentado no V Seminário de Estágio de Sociologia, no dia 23 de novembro de 2012, no CCH/UEL.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. UEL. Contato: maryanaemarcondes@gmail.com

É o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne globalmente como espécie humana. Está inserida entre as “disciplinas do corpo” e participa da “regulação das populações”. A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. (FOUCAULT apud ALTMANN, 2001, p. 576).

Acreditando que a sexualidade é assunto também absorvido entre as intervenções governamentais, visualizamos a educação como um de seus pilares que sustentam suas iniciativas como regulamentações, prevenções de doenças, controle de natalidade entre outras voltadas à sociedade.

Na abordagem pretendida, segundo Louro (2000) a sexualidade ultrapassa uma questão meramente individual, sendo entendida como fruto de processos históricos e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos, ela perpassa a esfera da reprodução humana, abarcando formas de ser e estar no mundo, satisfação de prazeres e desejos corporais. Compreendemos então, que a sexualidade não é uma questão apenas pessoal, mas sim social e política, pelo fato de ser construída ao longo da vida de muitos modos.

A perspectiva de gênero contribui para a análise da sexualidade, pois refuta a interpretação de que o ser masculino e feminino é imutável pensando de um viés puramente biológico, mas considera a sexualidade como fruto culturalmente constituído, experiências do sujeito e desenvolvimento da sua individualidade. Como afirma Louro,

Entendo gênero fundamentalmente como uma construção social e, portanto, histórica, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e masculino, social e historicamente diversos. A ideia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça e etc; além disso, implicaria admitir que os conceitos masculino e feminino se transformam ao longo do tempo. (LOURO, 1996, p. 10).

Verificamos como diferencial desta abordagem, o dinamismo de categoriais relacionadas ao gênero masculino e feminino, pois tudo pode ser considerado uma construção social, permite-se uma superação desta análise binária, abarcando as

diversas orientações sexuais (heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade), compondo assim identidades de gênero e sexuais que se constituem pelas relações sociais engendradas pelas relações de poder das sociedades (LOURO, 2000), despontando da esfera privada reivindicando reconhecimento na esfera pública.

A categoria analítica gênero é reflexo teórico das modificações de comportamentos ocorridos a partir da década de 60, no qual os movimentos feministas, gays e lésbicas e por todos que se sentem ameaçados a estas reivindicações. Dando visibilidade as novas identidades sociais, originando “política de identidade”. (HALL apud LOURO, 2007, p.10).

Como explicitado anteriormente, é de preocupação compreender como a questão da sexualidade é trabalhada na instituição escolar, a partir dos documentos oficiais que estruturam a atuação educacional. Considerando a escola como instituição, local de convivência e socialização dos indivíduos, e ainda como define Bourdieu e Passeron (1992) o sistema de educação enquanto um conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais que assegura a transferência da cultura herdada das gerações passadas “visões de mundo”.

Sendo assim almeja-se neste trabalho compreender como a questão da sexualidade se configura neste processo, pois segundo Altman, “a escola é uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade; através de tecnologias do sexo, os corpos dos estudantes podem ser controlados, administrados”. (2001, p. 578).

Neste sentido, o espaço escolar torna-se uma instância de embate de valores, interesses materiais e simbólicos de vários temas que permeiam a vida social incluindo a sexualidade, visando à formação do/a educando/a enquanto indivíduo pertencente a essa conjuntura.

Para a realização deste artigo, serão analisados tópicos que tratam sobre sexualidade nos documentos oficiais objetivando identificar se discussões a respeito de Sexualidade, qual sua abordagem e se a referência às Orientações Sexuais aparece nestes documentos, e como são trabalhadas. Dentre estes há os que não se refere à temática de forma explícita, neste caso propomos refletir as finalidades dos mesmos, problematizando as filosofias que os sustentam.

Complementar-se-á o artigo, um questionário aplicado a educandos/as do primeiro ano do ensino médio do Colégio Estadual situado na cidade de Londrina/PR

no qual se configura como campo de estágio, cabendo indagá-los sobre como os temas que tratam de sexualidade é abordado nos conteúdos nesta instituição.

LEIS DE DIRETRIZES E BASES E O CONCEITO DE CIDADANIA

As leis que norteiam a educação Brasileira são decorrentes do período de redemocratização do país, com seus princípios estabelecidos pela constituição de 1988, no qual apresenta à educação como um direito social³, assim em 1996 é elaborado a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com o intuito de regulamentar a forma como a União e os Estados irão administrar o sistema educacional.

Podemos identificar No título II, artigo 2º, aonde indica a “educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil LDB, 2010) a educação escolar é uma das vertentes da sua formação do educando/a enquanto sujeito. Possui como um dos princípios a cidadania, que segundo Marshall (1967) tem como pilar a igualdade de direitos entre os indivíduos.

Diante desta perspectiva, identificamos que a educação é concebida enquanto instrumento de transmissão de valores e princípios igualitários e democráticos, portanto mostra-se necessário a importância da inserção às discussões de identidades de gênero como forma de desmistificar os estereótipos, e trabalhar o reconhecimento da diversidade entre os sujeitos, pois assim propicia uma identificação enquanto sujeito de direitos.

A LDB defende os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas assim como o respeito à liberdade e apreço à tolerância⁴. Neste sentido, a LDB justifica-se por ser um documento de caráter geral, que direciona os demais contemplando as especificidades de cada nível da educação básica.

³ Capítulo II, art. 6º; São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁴ Título II art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Cabe-nos indagar se estes princípios são explicitados de forma clara nos parâmetros curriculares nacionais, e se abarcam a discussão das identidades de gênero, compreendermos por tais identidades que;

É a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher). (Manual de Comunicação ABLGBT, 2010, p.16).

Contudo, entende-se ser de suma importância, considerar essa discussão de forma clara e objetiva, pois caso isso não seja realizado de forma efetiva, a educação escolar estará se posicionando neste debate, no qual;

[...] o processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/as homossexuais. No entanto, a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim eliminar esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie de garantia da norma. (LOURO apud MOREIRA, 2010, p.12).

Consideramos que o tratamento superficial da sexualidade, e uma abordagem que não a situe enquanto fenômeno social e histórico contribui para a manutenção da exclusão de grupos de orientações sexuais divergentes a orientação heterossexual.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Nos parâmetros curriculares nacionais, existem temáticas intituladas temas transversais compostos por Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Estes são tratados de forma interdisciplinar justificado pelo documento por priorizar a integração da prática educativa, contribuindo assim para o

conhecimento dos/as educandos/as em suas múltiplas dimensões. A temática da sexualidade é trabalhada pelo conceito orientação sexual.

Tal documentação sugere uma flexibilização do trabalho escolar a aderir os conteúdos propostos, pois é priorizada uma matriz nacional dos conteúdos, sendo que tais conhecimentos devem ser trabalhados em todos os estados brasileiros, como uma forma de garantir uma uniformidade, no entanto a forma como trabalhá-los deve dialogar com as especificidades de cada região, ou seja, sua conjuntura econômica, política e social.

O documento propõe três Blocos de conteúdos norteadores a abordarem da orientação sexual no ensino, estes são: matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Tais itens foram escolhidos, segundo o documento, devido à possibilidade de trabalhá-los pelas diversas disciplinas contribuindo para uma discussão calcada em diferentes abordagens.

No primeiro tópico abordado, *matriz da sexualidade* pressupõe o trabalho deste conteúdo não considerando o corpo humano apenas do viés biológico, mas como possuidor de atribuições sociais, por exemplo: valores, estética, padrões, etc. Em seguida é proposto trabalhar as *relações de gênero*, que trata os papéis atribuídos para homens e mulheres enquanto construções sociais e culturais. E por último a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, que propõe informar os educandos/as a respeito do uso de preservativos e anticoncepcionais.

O documento reconhece que a sexualidade permeia o espaço escolar, tanto manifestado pelos educandos/as através de paqueras, namoros e interesses entre eles, quanto aos adultos professores e funcionários, neste sentido é necessário a escola considerar este tema relevante, pois a sexualidade é inerente a relações sociais. Neste sentido, a perspectiva na qual a escola trabalha o tema, contribui com a forma como esses sujeitos as vivenciam.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (Brasil, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais 1998, p.293).

É possível identificar, que este documento se propõe a discutir de forma plural a sexualidade, e suas dimensões, no entanto cabe-nos problematizar se este viabiliza a discussão das variadas orientações sexuais, ou seja, formas de afetividade além da heterossexualidade, como elemento a ser trabalhado nas relações de gênero.

Considera-se importante a forma como a sexualidade é trabalhada no currículo, pois

Conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizados para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades. Geralmente, exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade. A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. (MENEZES, 2002)⁵

A partir desta definição de currículo, podemos interpretar que a forma como estes documentos abordam os conteúdos, demonstram um posicionamento social e governamental que pretende realizar mudanças ou permanências na mentalidade dos/as educandos/as, cabe-nos identificar se a forma como a questão da sexualidade e mais especificamente a abordagem de gênero que o documento propõe, trás elementos que permeiam uma real discussão acerca desta, ou se é mera exposição ilustrativa da questão.

ORIENTAÇÕES SEXUAIS NOS PCNs E POSSÍVEIS DIÁLOGOS

No tópico relações de gênero da temática orientação sexual, que compõe os Pcn's, é exposta a importância de se trabalhar dentro da perspectiva de gênero, pois segundo o documento é uma forma de dar visibilidade as discriminações históricas decorrentes de uma organização social que privilegia a figura masculina à feminina, no que se refere às esferas econômica, social e política em nome de uma "naturalização" das diferenças entre os sexos.

⁵ Disponível <http://www.educabrazil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=72>, acesso em 5/11/2012.

Para tanto, ao observar o trecho abaixo:

Atualmente, reivindica-se a inclusão da categoria de gênero, assim como etnia, na análise dos fenômenos sociais, com o objetivo de retirar da invisibilidade as diferenças existentes entre os seres humanos que, por vezes, encobrem discriminações. (Brasil, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais, 1998, p. 322).

Assim pretende-se através do tratamento de questões referentes a gênero abordadas em diversas matérias às discussões das diferenças, utilizando a visibilidade a essas questões como elemento de combate ao preconceito e sua reprodução.

Este documento retoma o ideal de cidadania defendido na LDB, especificando-o sua relação com a problematização de gênero, “Trata-se, portanto, de desvendar e explicitar as discriminações e preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania.” (Brasil, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais, 1998, p.322).

No decorrer deste tópico relações de gênero, é realizada uma ampla discussão sobre a necessidade de compreensão que o ser feminino e masculino advém da forma como cada cultura reavalia e atribui significado as diferenças biológicas. Discorre sobre como no caso ocidental, estas diferenças têm causado o favorecimento político, social e econômico aos homens em relação às mulheres, e cita formas de trabalhar e combater essa mentalidade “machista” nas ações do cotidiano do ambiente escolar e nos conteúdos escolares.

A questão de gênero se coloca em praticamente todos os assuntos trabalhados pela escola, nas diferentes áreas. Estar atento a isso, explicitando sempre que necessário, é uma forma de ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a ser pessoas mais abertas e equilibradas. (Brasil, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais, 1998, p. 323).

No entanto, quando se refere às orientações sexuais além das heterossexuais existem poucas referências, são propostas discussões para que o/a profissional da educação saiba como proceder, ou realizar uma discussão além do “senso comum” nestas situações. A referência aponta como proceder a respeito de

estereótipos que podem causar situações de conflitos no ambiente escolar, segundo a descrição a baixo.

Tome-se como exemplo a discussão do tema da homossexualidade. Muitas vezes se atribui conotação homossexual a um comportamento ou atitude que é expressão menos convencional de uma forma de ser homem ou mulher. Ela escapa aos estereótipos de gênero, tal como um menino mais delicado ou sensível ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica, atitudes essas discriminatórias. Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino são dominantes e servem como referência ou modelo, mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. Cada um tem o seu jeito próprio de viver e expressar sua sexualidade. Isso precisa ser entendido e respeitado pelos jovens. (Brasil, Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais, 1998, p. 325).

É possível observar no documento, que este é o único parágrafo no qual propõe discutir as identidades referidas acima, haja vista que em outros momentos, a homossexualidade é citada como assunto polêmico, juntamente como aborto, masturbação e prostituição.

Compreendemos que se não há um tratamento na documentação das orientações sexuais referidas no tópico relações de gênero, não contemplam um setor da população que é discriminado pelas explicações religiosas e biológicas a respeito do exercício da sexualidade e contribui para justificar iniciativas de exclusão e preconceito. Acreditamos que a visibilidade destas identidades⁶ no ambiente escolar é ferramenta a ser considerada para se atingir esses ideais de cidadania e democracia entre os sujeitos pretendidos pela união conforme a LDB. Cabe-nos sugerir que a inserção de discussões histórico-culturais a respeito da heterossexualidade⁷ e os processos sociais que a afirmam enquanto “normalidade”, é elemento interessante para questionamento de certos padrões.

É importante salientar, que a não objetividade do tratamento das questões referentes às identidades sexuais, não contribuem para além de soluções pontuais,

⁶ Nomear é sempre um perigo, mas se não nos nomeamos, outros o farão. Dar um nome não significa simplesmente classificar, mas explorar, problematizar. (LOPES, Denilson, 1). Por uma nova Invisibilidade, Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia, 2009, p. 354.

⁷ A paulatina transformação da homossexualidade em pecado está vinculada à era cristã, associada à necessidade de controlar a sexualidade para fins reprodutivos. (MENDEZ, Natalia Pietra. Monogamia e Heterossexualidade: Um breve apanhado histórico sob a ótica de gênero. http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comdim/usu_doc/monogamia_e_heterossexualidade.pdf, acesso 07/11/2012.

pois se espera que as abordagens pelo âmbito escolar situem os educandos/as que esta é uma demanda política, sem esta medida os ideais defendidos de cidadania serão meros anseios ilustrativos. Observação afirmada por Bourdieu quando se refere à igualdade formal defendida pelo sistema escolar.

Ora considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal á qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilegiados do que a transmissão aberta dos privilégios. (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Sendo os ideais de equidade propostos pelos documentos pouco eficientes quando não há referência direta e/ou enfrentamento das desigualdades, tanto pelo sistema escolar quanto pela sociedade.

PPP E A ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Conforme o levantamento de informações sobre como os parâmetros curriculares tratam a sexualidade, foi realizada uma pesquisa em um caso concreto, a análise do PPP (Projeto Político Pedagógico) do Colégio Estadual. A partir dos conteúdos desses documentos, elaboramos um questionário que foi aplicado aos educandos/as do primeiro ano do ensino médio, estes/as responderam questões abertas de forma anônima.

A concepção defendida no PPP do colégio é de que a escola possui a função de colaborar com os educandos/as para que conheçam os seus corpos assim como os dos outros, no cuidado, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e na gravidez indesejada. Tais finalidades pretendem-se serem atingidas através do tratamento interdisciplinar do tema, Palestras, leituras, filmes e parcerias com universidades. (PPP, 2010, p. 57).

É possível identificar, que neste caso o colégio opta pelo tratamento de uma das três abordagens propostas pelo PCNS, a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. A respeito desta abordagem, inserimos nos questionários respondidos pelos educandos/as se eles consideravam importante a escola discutir temáticas a respeito da sexualidade.

Dos trinta e quatro participantes que responderam o questionário, trinta e três são a favor de a escola trabalhar o tema sexualidade e um se manifestou contrário. Apresentaram diversas justificativas, a maioria deposita na instituição a possibilidade de assumir uma posição para a orientação a respeito da sexualidade e evidenciaram ainda o fato de estarem na adolescência e se considerarem inexperientes.

Essas são algumas respostas que possibilitaram tais conclusões:

R: “Sim, por que é uma maneira de orientação para nos preparar”;
 R: “Sim, porque é algo que iremos fazer futuramente se quisermos ter filhos ou apenas prazer”; R: “Eu acho que sim, porque tem muitos adolescentes que não sabem o que fazem”; R: “Sim, pois é importante saber se prevenir, se cuidar, etc.”; (Entrevistas colhidas pela autora no campo de pesquisa, 2012).

Outros acreditam que esta discussão deve ocorrer no espaço escolar, pois encontram dificuldades de conversarem com seus familiares, e para evitar atos de preconceitos, como podemos observar abaixo:

R: “Sim, pois muitos alunos sentem dificuldades em falar sobre isso com seus pais e sentem mais a vontade em falar sobre isso no ambiente escolar, ajuda bastante”; R: “Sim. Porque muitas pessoas não têm orientações em casa e por falta de orientação as vezes acontece o inesperado”; R: “Sim, para as pessoas não terem preconceito com a sexualidade do próximo”; (Entrevistas colhidas pela autora no campo de pesquisa, 2012).

O que demonstrou ser contrário indica para o fato de que a discussão no âmbito escolar pode confundir os educandos/as, como se pode visualizar: R: “não, pode confundir mais as pessoas”;

Na questão que indagava se tiveram contato com discussões a respeito das orientações sexuais, como a heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade no ambiente escolar, ressaltando que descrevessem esta experiência. Dezenove responderam que tiveram contato com a discussão e quatorze que não. Nas repostas positivas, muitos consideraram o ambiente escolar não apenas matérias e atividades da instituição, mas também conversas entre amigos foram citadas ocasiões de eventos como palestras, e ainda nas aulas de Biologia e Sociologia, mas em nenhuma das respostas houve a referência do modo como foram discutidas.

Através das respostas, é possível concluir que depositam expectativas na instituição escolar como fornecedora de informações sobre a sexualidade, porém amparada de um viés da saúde, ou seja, preventivo e não de discussão de padrões estabelecidos socialmente, como observa Foucault sobre o discurso a respeito da sexualidade.

Cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (FOUCAULT apud ALTMAN, 2001, p. 582).

Portanto compreende-se que tanto na apresentação da escola sobre sua concepção de sexualidade, como nas respostas dos/as educandos/as, visualizamos que nesta relação de tentativa da transmissão de padrões de comportamento é exposta uma expectativa de “ajustar” a relação do indivíduo com os fatores que envolvem o sexo, como a gravidez, Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis, porém nenhum dos lados expõe uma necessidade de problematizar além dessas questões, por exemplo, no caso da escola a apresentação de outras abordagens propostas pelo PCNs como corpo matriz da sexualidade e relações de gênero.

A espera que a escola discuta sobre a sexualidade, conforme as respostas dos educando/as nos levam a interpretar, que o fato da convivência familiar ser um ambiente fechado para diálogo que envolve a sexualidade, faz com que estes/as atribuam à escola este importante papel. No que tange as orientações sexuais pode-se constatar que viram pouco ou não relacionaram significativamente suas realidades com a abordagem de gênero apresentadas pelas disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises realizadas em documentos oficiais da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Estadual no qual realizei estágio e do questionário produzido a partir desses documentos, aplicados aos/as educandos/as

do primeiro ano do Ensino Médio desta mesma instituição, possibilitou identificarmos como é proposto o trabalho da sexualidade e como ele é trabalhado nesta instituição.

Ao considerar o conceito de cidadania enquanto uma das finalidades da União atribuída à educação na LDB pode-se identificar que este conceito não é aprofundado neste documento, fato este que é retomado nos PCNs no tema transversal orientação sexual que considera a necessidade de discutir a sexualidade, como se esta fosse uma ferramenta para refletir as desigualdades históricas entre homens e mulheres para atingir a equidade entre os sujeitos.

Apesar do conceito de orientação sexual utilizado nos parâmetros curriculares para discutir a sexualidade coincidir com o abordado pela associação brasileira de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (ABGLBT) não abrange em sua totalidade a problemática que envolve as relações de gênero, pois não contempla o aprofundamento de orientações sexuais além da heterossexual, como bissexualidade e homossexualidade, sendo estes elementos importantes a ser trabalhado nas relações de gênero.

Pensar a cidadania na perspectiva de direitos entre todos os sujeitos, tal conceito torna-se falho se considerarmos a forma como esses documentos não abordam os temas referentes à homossexualidade e a bissexualidade, fazendo com que esse público não se reconheça enquanto sujeito dotado de direitos, não se considera enquanto cidadão.

Acreditamos que essa invisibilidade, dificulta ao combate de situações de preconceito e violência dentro das escolas contra educandos/as homossexuais ou com comportamento fora do “socialmente aceitável”, a reprodução da concepção sobre a heterossexualidade como padrão, haja vista que foi verificado que tal valor é uma construção histórica, carregado de ideologias defendidas em épocas específicas, impossibilita assim a defesa do ideal de cidadania, considerado a equidade entre os sujeitos como finalidade da educação defendida na LDB.

Portanto, essa lacuna identificada no currículo, de modo proposital ou não, carrega em si o peso de tornar invisível perante esta lei um público pertencente à sociedade brasileira que esta em uma conjuntura de reivindicação de direitos. O ambiente escolar torna-se um espaço fundamental para a discussão sobre esta

demanda, reconhecemos que há iniciativas governamentais⁸ que propõe trabalhar as orientações sexuais através de cursos para professores e materiais oferecidos pelos Estados, porém acreditamos que não é suficiente para legitimar a luta por direitos do público LGBT.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**". Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5^o Ed. 1996. 2010.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.
- LOURO, L. Garcia. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade / 2. ed., 3ª reimpressão** — Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LOURO, L. Guacira. **Nas redes do Conceito de gênero**. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro Zahar, 1967.
- MÉNDEZ, Natalia. P. **Monogamia e Heterossexualidade: um breve apanhado histórico sob a ótica de gênero**. Inserido em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comdim/usu_doc/monogamia_e_heterossexualidade.pdf, acesso 07/11/2012.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Currículo escolar" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Inserido em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=72>, visitado em 5/11/2012.
- MOREIRA, Leandro. **Educação e homofobia: representações entre alunos do ensino médio**. Paraná: UEL, 2010.

⁸ Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia, 2009;
Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, 2007.

VÁRIOS AUTORES. **Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Paraná**, 2010.

VÁRIOS AUTORES. **Manual de comunicação LGBT**. Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2010. Inserido em: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/arquivos/manual-comunicacao-lgbt.pdf>, acesso 04/07/2012.